

“A MAIS ESTRITA NEUTRALIDADE EM ASSUNTO QUE NADA VOS DIZ RESPEITO”: A PARTICIPAÇÃO DE IMIGRANTES ALEMÃES NA GUERRA CIVIL SUL-RIO-GRANDENSE (1835-1845)

“THE STRICTEST NEUTRALITY IN MATTERS THAT ARE NOT YOUR CONCERN”: THE INVOLVEMENT OF GERMAN IMMIGRANTS IN SUL-RIO-GRANDENSE CIVIL WAR (1835-1845)

Anderson Marcelo Schmitt¹

Endereço: Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n, Trindade, Florianópolis-SC,
CEP: 88040-900.
E-mail: anderschm@gmail.com

Resumo: Este artigo discute a participação de imigrantes alemães e da colônia de São Leopoldo na guerra civil sul-rio-grandense – ou Guerra dos Farrapos (1835-1845). No período da guerra, a colônia estava em seus primeiros tempos, assim como não estava claramente definida a política imigratória do Império. A postura política dos imigrantes foi diversa e estes participaram de ambos os lados em disputa. Utilizamos, para esta análise, além das referências bibliográficas, documentos contemporâneos ao conflito.

Palavras-chave: Guerra dos Farrapos; Imigração; recrutamento.

Abstract: This article discusses the involvement of german immigrants and São Leopoldo colony in sul-rio-grandense civil war - or *Farrapos' War* (1835-1845). At the time of the conflict, the colony was in its beginning, as it hadn't been clearly defined the immigration policy of the Empire. The political position of immigrants were many and they were in both sides of the dispute. It was used, for this analysis, other than bibliographic references, documents current to the conflict.

Keywords: *Farrapos' War*; Immigration; recruitment.

1 - Doutorando em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisa sobre a Guarda Nacional e militarização durante o século XIX. Bolsista do CNPq.

Palavras iniciais

Após a independência brasileira, o poderio econômico na província de São Pedro do Rio Grande do Sul era representado pelos estancieiros da região do pampa, criadores de gado, que em razão das campanhas militares haviam aumentado, e continuavam aumentando, seu controle das pastagens ao norte do rio Negro, na Banda Oriental, atual República uruguaia. Ademais, a fronteira com o Uruguai

(...) se estendia por mais de 400 quilômetros em meio ao pampa, numa paisagem onde predominam os mares de morros e povoada por grande número de manadas de gado *cimarrón*. Não bastasse a paisagem semelhante do norte uruguaio e da campanha gaúcha, o tipo social, os valores culturais eram também compartilhados, de um lado e outro da fronteira. Assim o norte uruguaio e a campanha gaúcha constituíam um espaço fronteiriço integrado, economicamente complementar, e ainda: os limites entre os dois países durante os três primeiros quartos do século XIX não haviam sido definidos.¹

Somada às extensões de terra que foram conseguidas no Uruguai, o quadro político nos primeiros tempos do XIX também favorecia aos latifundiários. Assim, ocorria uma espécie de pacto entre as autoridades metropolitanas – antes da independência – “e os senhores do poder local que se aliaram no usufruto dos cargos e regalias que lhes haviam sido patrimonialmente conferidos pela Coroa, usando o poder muito mais em benefício pessoal do que a serviço do Estado português”.² Muitos militares foram, nesta esteira, beneficiados com a concessão de sesmarias pela Coroa.

A criação dos meios para controle metropolitano e, posteriormente, da Corte no Rio de Janeiro, também deu origem a uma camada de proprietários que possuía o poder econômico e político na província. Em outras palavras, era este “pacto” entre o governo e os chefes rio-grandenses que garantiam a segurança brasileira das ameaças da colônia espanhola e, em seguida, das repúblicas platinas. A demasiada independência destes chefes político-militares fez com que se projetasse trazer uma nova camada de habitantes que se dedicasse à pequena propriedade, da qual também viriam os artigos necessários para o exército da região, uma vez que as grandes estâncias eram dedicadas à criação de gado. A existência de terras ditas devolutas fazia com que a imigração fosse possível. Como observa Oliveira, no “Brasil do século XIX, a política de imigração visava a atrair estrangeiros para povoar e colonizar os vazios demográficos, o que permitia a posse do território e a produção de riquezas”.³ Não obstante o necessário questionamento ao

1 SOUZA, Susana Bleil de; PRADO, Fabrício Pereira. Brasileiros na fronteira uruguaia: economia e política no século XIX. In: GRIJÓ; GUZZELLI; KÜHN & NEUMANN (Orgs.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul: texto e pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 121-122.

2 TRAMONTINI, Marcos Justo. O Rio Grande do Sul no Início da Imigração. Estudos Leopoldenses. São Leopoldo: Unisinos, vol. 3, nº 2, 1999, p. 18.

3 OLIVEIRA, Lucia Luppi. O Brasil dos Imigrantes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 13.

mito do vazio demográfico, o “imigrante desejado era o agricultor, colono e artesão que aceitasse viver em colônias, e não o aventureiro que vivesse nas cidades.” Os imigrantes também poderiam ser transformados, ou mesmo trazidos, como soldados mercenários, que aqui desempenhariam papel importante nas lutas platinas.

Tramontini aponta como objetivos da imigração alemã

a criação de uma nova classe média livre, branca e pequeno-proprietária, que desenvolvesse a policultura e o artesanato, formasse uma ‘nova psicologia em relação ao trabalho manual’, povoasse áreas em litígio (fronteiras internacionais ou de penetração no sertão) e que fosse capaz de abastecer centros populacionais importantes e formar batalhões estrangeiros.⁴

Todos estes objetivos apontados por ele deveriam ser entendidos “a partir da dinâmica política do jovem Império.” Segundo Lemos, o principal fator de atração de imigrantes para o Brasil foi a iniciativa de D. Pedro de formar Batalhões de mercenários estrangeiros para defender o Brasil de ameaças externas. Para tanto, tal incumbência foi dada ao alemão Jorge Antonio von Schaeffer (1779-1836), que estava no Rio de Janeiro e mantinha boa relação com a Corte, em especial com a Princesa Leopoldina. Tais relações fizeram com que recebesse “uma incumbência particular do Imperador brasileiro, e que dizia respeito, primordialmente, à contratação de soldados”.⁵ Para o mesmo autor, a pressão causada pela chegada dos alemães no Rio de Janeiro fez com que toda a tripulação de uma embarcação que estava para chegar da Europa fosse dirigida ao que viria a se tornar a colônia de São Leopoldo, isso em março de 1824. Os benefícios da colonização se dariam, segundo a Corte, “pela superior vantagem de empregar gente branca livre e industriosa, tanto nas artes como na agricultura”.⁶

Aurélio Porto aponta os dados de entrada de imigrantes no Rio Grande do Sul nos tempos iniciais da imigração, segundo os quais entre 1824 e 1830 teria chegado à província um número de 4.856 imigrantes, sendo 815 famílias e 1.073 indivíduos

4 TRAMONTINI, Marcos Justo. O Rio Grande do Sul no Início da Imigração. Op. cit, p. 27.

5 LEMOS, Juvencio Saldanha. Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil. Porto Alegre: Palmarinca, 1993, p. 42.

6 Idem, p. 47.

avulsos.⁷ Deste número, grande parte teria advindo dos batalhões que se dissolveram após a Guerra da Cisplatina.⁸

Das forças estrangeiras mercenárias que se formaram no centro do Império, foram deslocados para lutar na Cisplatina o esquadrão de lanceiros imperiais e o 27º Batalhão de caçadores, que foram desmobilizados após suas participações no conflito, tendo muitos soldados continuado na província por escolha própria. Por sua vez, o 28º Batalhão de caçadores que já havia lutado em Pernambuco em 1825, se revoltou em 1828 contra castigos físicos aplicados aos seus componentes. O início de um motim fez com que “os 300 homens que restavam do 28º Batalhão no Rio de Janeiro” fossem “enviados para o sul.” Quando da desmobilização dos regimentos de estrangeiros, em 1830, “muitos remanescentes domiciliaram-se em Porto Alegre e São Leopoldo”.⁹

Na Europa, o engajamento dos imigrantes voltados à agricultura era novamente responsabilidade de Schaeffer. Buscando facilitar a imigração, o agenciador fazia promessas para quais não possuía garantias de realização no Brasil:

os colonos viajariam a expensas do Governo brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160.000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos.¹⁰

Como apontado, receberiam a nacionalidade brasileira, bem como teriam direito de liberdade de culto. Porém, como o catolicismo era a religião oficial do Estado brasileiro e a Constituição nacional proibia a concessão automática da nacionalidade brasileira aos estrangeiros, estas duas cláusulas sumiram dos contratos realizados do ano de 1827 em diante.¹¹

O grande responsável pelo processo de envio de colonos ao Rio Grande do Sul foi José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847), futuro Visconde de São Leopoldo,

7 PORTO, Aurélio. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996, p. 40.

8 A Guerra da Cisplatina - conhecida como Guerra de Independência, no Uruguai - foi um confronto armado entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo controle sobre a Banda Oriental do rio Uruguai, ocorrida entre 1825 e 1828. O Brasil herdou de Portugal a posse sobre este território, e o anexou como Província Cisplatina no ano de 1824. A Argentina, ainda alimentando seu antigo projeto de criar um Estado condizente com o território do antigo vice-reinado do Rio da Prata, entrou em guerra com o Brasil, iniciando um conflito que se estenderia até 1828, quando foi firmado um acordo de paz entre os dois países, mediado pela Inglaterra. Neste acordo, a ex-província Cisplatina foi elevada a país autônomo, uma espécie de Estado-tampão entre Brasil e Argentina, buscando impedir que novos problemas internacionais surgissem entre os nascentes estados-nação da América. Para os efeitos desta guerra sobre a população brasileira, ver: LUFT, Marcus V. “Essa guerra desgraçada”: recrutamento militar para a Guerra da Cisplatina (1825-1828). *Dissertação (Mestrado em História)* - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

9 FLORES, Hilda Agnes H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*, 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 17.

10 ROCHE, Jean. *A Colonização e o Rio Grande do Sul*. vol. I. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 95.

11 *Idem*, p. 95.

então presidente da província sul-rio-grandense, o qual alertou as autoridades centrais dos benefícios de um movimento migratório para a região sulina. O domínio econômico, político e militar dos estancieiros da região da campanha fazia com que a Coroa também intencionasse com a imigração “a criação de um segmento social e militar livre e fora da influência dos senhores e que se relacionasse diretamente e servilmente com o Imperador”.¹²

O estabelecimento dos colonos se deu na antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo - que era estatal e se utilizava de mão de obra escrava para produção de linho cânhamo. Ali os teutos receberam seus lotes e iniciaram a povoar o que seria chamada de colônia de São Leopoldo. O nome escolhido para a colônia homenageava a Imperatriz do Brasil, dona Leopoldina, que era austríaca e também teve papel importante para a vinda dos alemães para a América.

A imigração não esteve sempre submetida a uma regularidade, como em junho de 1826, quando 15 famílias compostas de 81 pessoas e 2 avulsos aportaram em Porto Alegre, com destino à colônia. A embarcação em que estes haviam atravessado o oceano tinha Buenos Aires como destino. Porém, em razão do estado de guerra na região platina, a embarcação foi apresada quando da sua entrada em Montevideú. Dali, a embarcação foi enviada para o Rio de Janeiro, de onde foram os colonos, então, remetidos para o Rio Grande do Sul, com exceção de duas famílias que renunciaram as vantagens oferecidas e se mantiveram no Rio de Janeiro.¹³

Além da dificuldade dos imigrantes em ter acesso aos lotes prometidos, assim como às ajudas asseguradas, alguns foram deslocados para São João das Missões e Torres. Para aquela foram enviados os “indesejáveis”, segundo Roche. Os bêbados e os que estavam perturbando a ordem pública foram mandados para lá ainda em 1824, logo após o início da imigração. Entretanto a colônia não vingou, em especial pela distância e dificuldade de escoação dos produtos produzidos naquela região. Outros considerados indesejados foram engajados na Guerra da Cisplatina. Já para Torres foram enviados cerca de 400 habitantes, no intuito de “povoar a zona da mata, que separava o Rio Grande do Sul da província de Santa Catarina.” Estes alemães também foram remetidos de São Leopoldo e foram separados por religião, os protestantes no vale do rio Três Forquilhas e os católicos em São Pedro de Alcântara. O comércio também encontrou dificuldades novamente pela dificuldade de transporte dos bens produzidos, uma vez que o acesso ao interior era intrincado, o que impossibilitou o desenvolvimento da colônia em Torres.¹⁴

12 TRAMONTINI, Marcos Justo. O Rio Grande do Sul no Início da Imigração. Op. cit., p. 28.

13 Idem, p. 28.

14 ROCHE, Jean. A Colonização e o Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 96-99.

A alocação dos colonos em locais estratégicos e de onde poderiam escoar sua produção criava os meios para que os imigrantes cumprissem a sua determinação, para a qual haviam atravessado o Atlântico. Para Sayad, o imigrante é “essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”.¹⁵ A provisoriedade da imigração poderia se estender, por vezes indeterminadamente, mas “a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho”. Assim, sendo trazidos como agricultores para produzir bens de consumo em pequenas propriedades, ou como mercenários que se estabeleceriam como colonos quando findada a guerra, os alemães cumpririam a sua missão, uma vez que foi

o trabalho que fez ‘nascer’ o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz ‘morrer’ o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser. E esse trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o ‘mercado de trabalho para imigrantes’ lhe atribuiu e no lugar em que lhe é atribuído (...).

Afinal, um imigrante só tem razão de ser no modo do provisório e com a condição de que se conforme ao que se espera dele; ele só está aqui e só tem sua razão de ser pelo trabalho; porque se precisa dele, enquanto se precisa dele, para aquilo que se precisa dele e lá onde se precisa dele.¹⁶

Assim sendo, os teutos desempenharam um papel fundamental na economia, em especial no que diz respeito ao abastecimento de alimentos dos iniciais centros urbanos, como Porto Alegre.

Entretanto, apesar de desempenhar a agricultura e ser um importante braço armado de reserva para possíveis conflitos, a imigração foi interrompida em 1831. As tensões políticas que recaíram sobre o poder imperial após a derrota na Guerra da Cisplatina, e as economias combalidas pelo gasto no conflito, fez com que a Lei de Orçamento de dezembro de 1830 suprimisse “todos os créditos para imigração estrangeira. Essa manobra do Parlamento condenava qualquer nova tentativa e arriscava aniquilar as colônias já existentes”¹⁷, pois as indenizações prometidas para os primeiros anos após a chegada também foram suspensas. Tramontini entende que o bloqueio da imigração, representado pela Lei do Orçamento, se deu também porque a imigração se contrapunha com o interesse dos grandes proprietários que “pretendiam o monopólio da terra e do controle dos trabalhadores (escravos e livres), ou ainda, que defendiam um projeto de imigração que drenasse esta mão de obra, pelo menos temporariamente, para suas lavouras”. Desse modo, a incumbência inicial dos estrangeiros de formar uma

15 SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante? In.: ROMANO, Ruggiero (org.). A imigração. São Paulo: Edusp, 1998, p. 54.

16 Idem, p. 55.

17 ROCHE, Jean. A Colonização e o Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 99.

classe pequeno-proprietária que produz para o abastecimento é o cerne da crítica dos grandes proprietários à imigração. Ainda em 1834, com o Ato Adicional que ampliava a “autonomia provincial, era transferida para os governos provinciais a competência, em colaboração com o governo central, de estabelecer colônias”.¹⁸ Entretanto, pouco mais de um ano depois rebentou a Guerra dos Farrapos, que tomou a colônia de assalto e impossibilitou que a província pudesse deliberar sobre a questão imigratória.

A ação insurrecional é creditada aos senhores da guerra sul-rio-grandenses, que se compunham em sua grande maioria de estancieiros da campanha e das missões; senhores de escravos que eram responsáveis por exércitos muitas vezes particulares, formado por seus peões, agregados e apoiadores, em uma lógica menos racional do que a apresentada pelos exércitos atuais.

Uma das explicações mais convencionadas como principal causa do levante é a questão dos “impostos exorbitantes, como aquele que pesava sobre o charque – 600 réis fortes por arroba – facilitando, desse modo, a entrada do artigo vindo de Montevideu nos demais portos do Brasil e por um preço muito inferior. Quase a metade ao do charque rio-grandense”.¹⁹ Os saques feitos aos cofres da província não deixavam de ser motivo de queixa. Entendia-se que a província estava em “primeira ordem se se tratava de concorrer para as despesas gerais” e “entrava quase em última quanto à sua representação no Congresso Geral.” O problema estava, portanto, não somente no valor dos impostos cobrados e saques feitos nos cofres sulinos, mas também na representatividade política que era atribuída aos representantes da província.²⁰

Porém, estes descontentamentos perdem o poder explicativo se nos depararmos com o fato de que as lideranças da província não aderiram unanimemente aos farroupilhas. A divisão entre os membros do grupo de estancieiros – um contestador e outro fiel às autoridades estabelecidas - se deu pelo afastamento de parte deles das redes de relações que levavam até o poder central e permitiam um controle social em nível local. Prova disso é que a revolta foi gestada por Bento Gonçalves da Silva (1788-1847) e Bento Manuel Ribeiro a partir do momento em que estes perderam a comandância da fronteira de Jaguarão e de Alegrete, respectivamente.²¹ Os novos ocupantes dos cargos, que eram de grupos rivais aos dos ex-comandantes, não representavam seus interesses. Dessa forma, se aglutinaram dois grupos: um chamado de legalista ou, pejorativamente à época, caramurú, que defendia as autoridades estabelecidas; outro, contestador, que buscava a retirada do presidente provincial e um novo rearranjo político e militar dentro da província, chamado de farroupilha ou liberal. O acirramento dos ânimos e

18 TRAMONTINI, Marcos Justo. O Rio Grande do Sul no Início da Imigração. Op. cit., p. 28-29.

19 SPALDING, Walter. A Revolução Farroupilha. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 12.

20 AHRGS, Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves da Silva. CV-8589, p. 283.

21 FARINATTI, Luís A. E. Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007, p. 186-187.

uma não solução vista em curto prazo, fez com que o recurso às armas fosse buscado pelo grupo descontente.

O desencadear da revolta e os dois líderes alemães

A capital da província de São Pedro, Porto Alegre, estava absorta em um cenário de ameaça na noite de 19 para 20 de setembro de 1835: as tropas liberais estacionadas na ponte da Azenha ameaçavam a integridade política da cidade. Fernandes Braga (1805-1875), presidente da província, envia uma partida de reconhecimento formada por 30 homens, comandada pelo Visconde de Camamú, que é desbaratada pelos farroupilhas. Ao seu retorno para a residência do presidente provincial, Camamú descreve um cenário terrível, informando que a força rebelde chegava a 400 homens. O receio faz com que Braga se abrigue em uma embarcação e se prepare para partir para Rio Grande, seguro reduto legalista. Na manhã seguinte, Onofre Pires e Gomes Jardim, com suas tropas formadas por cerca de 200 homens, entram em Porto Alegre, muitas tropas desertam passando para o lado rebelde e Fernandes Braga foge para Rio Grande.²² Está iniciada a guerra civil no Rio Grande do sul, que se estenderia por uma década, passando por uma etapa apenas contestatória e chegando a um momento republicano e independentista, tendo seu desfecho com a derrota militar e a aceitação da anistia por parte dos rebeldes farroupilhas.²³

Os dois lados envolvidos na inicial guerra civil da província miraram a colônia de São Leopoldo e seus colonos imigrantes para aumentar o número de suas tropas. Destarte, na fase inicial da revolta, duas figuras foram importantes para angariar apoio, organizar e ser voz de liderança dentro da colônia. Cada um deles defendia um lado em disputa. Do lado imperial estava o médico João Daniel Hillebrand (1800-1880) – originalmente Johann Daniel Hillebrand; do lado farroupilha estava Hans Ferdinand Albrecht Hermann von Salisch, doravante Hermann von Salisch (1797-1837).

João Daniel Hillebrand nasceu em fins do século XVIII, na cidade de Hamburgo. Na tumultuada Europa do século XIX, assistiu “a batalha de Waterloo, em 18 de junho de 1815, prestando serviços pelos quais foi condecorado com a medalha comemorativa da guerra.” Nesta época, já era estudante de medicina, tendo concluído seus estudos em 1823, na Universidade de Goettinger.²⁴ Chegou ao Brasil em 6 de novembro de 1824, “com destino à recém-fundada colônia de São Leopoldo, a bordo da barca ‘Germânia’. Ali prestaria os mais relevantes serviços médicos, administrativos e militares, durante

22 ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco. História da República Rio-grandense. Porto Alegre: ERUS, 1981, p. 115-119.

23 Para uma descrição militar do desenrolar dos dez anos de conflito, ver: FRAGOSO, Tasso. A Revolução Farroupilha (1835-1845). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1939.

24 PORTO, Aurélio. O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 40.

56 longos anos”.²⁵ No ano de 1827, o médico alemão organizou o recrutamento de 37 teutos voluntários que defenderam o Brasil na Guerra da Cisplatina, com os quais acompanhou a batalha do passo do Rosário, que confirmou a derrocada do exército imperial contra as tropas platinas.²⁶

Ao ser dado início aos tumultos, em 20 de setembro de 1835, Hillebrand lançou proclamação aos seus conterrâneos da colônia de São Leopoldo. Nela dizia estar autorizado pelo presidente da província e pelo juiz de paz de São Leopoldo a

comunicar aos meus Patrícios Alemães que um partido pela maior parte composto de Negros e Índios está ameaçando as Autoridades desta Província, legalmente constituídas, tendo por fito derrubá-las, ou assassiná-las, conforme as circunstâncias, a fim de proclamar uma república ou governo extralegal, cujo plano já patentearam abertamente por vários passos hostis que principiaram a dar.

Todos nós, que fomos recebidos com hospitalidade neste país temos a obrigação de prestar à nossa brava Pátria os nossos braços e as nossas forças.

O Governo conta conosco, a Lei nos protege, e os agradecimentos não tardarão em recompensar-nos.

É por isso que vos convido a corresponder à confiança posta nos Alemães por uma prontidão exata, o que fareis reunindo-vos a mim bem armados.²⁷

A hospitalidade do Brasil era proclamada por Hillebrand, quando buscava convencer seus conterrâneos a defender o brasão imperial, não obstante as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes em razão das promessas que nem sempre conseguiram ser cumpridas pelo governo brasileiro. Da mesma forma, buscava desacreditar a causa farroupilha ao dar ênfase na suspeitosa notícia de que as tropas rebeldes seriam formadas em sua maioria por “negros e índios”.

A participação de Hillebrand já era conhecida pelas lideranças farroupilhas. O periódico liberal “O Mensageiro” traz transcrição de correspondências farroupilhas²⁸, entre as quais está uma de 26 de setembro de 1835, em que o presidente provincial interino, o farroupilha Marciano Pereira Ribeiro, dizia acreditar na cooperação da colônia de São Leopoldo, “apesar das instâncias de um seu patrício, um tal Dr. João Daniel Hillebrand”.²⁹

Apesar de ter reunido diversos conterrâneos que compartilhavam de suas ideias, Hillebrand precisou retirar-se da colônia, se realocando na picada de Dois Irmãos, quando o coronel rebelde Jerônimo Gomes Jardim invadiu a colônia com cerca de

25 BENTO, Cláudio M. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul, 1635-1870. Porto Alegre: A Nação, Instituto Nacional do Livro, 1976, p. 77-78.

26 PORTO, Aurélio. O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 95.

27 BENTO, Cláudio M. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 79.

28 Neste trabalho, optou-se por atualizar a ortografia das fontes que possuem dissimilaridade com os padrões atuais, sem detrimento da interpretação textual.

29 O Mensageiro. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 24.

600 homens para bater os alemães legalistas.³⁰ Em meados de 1836, Bento Manuel Ribeiro, conhecido líder do interior da província e ex-chefe de fronteira de Alegrete, cercou e retomou a colônia de São Leopoldo, prendendo o coronel Jardim. Contava aí já com os auxílios de cerca de 350 alemães comandados por Hillebrand. Depois de ter entrado novamente na colônia, o chefe alemão a armou e defendeu até o fim da guerra³¹, impossibilitando que os farroupilhas realizassem grandes movimentações e recrutamentos na região.

Bento Manuel Ribeiro (1783-1855) era estancieiro da região de Alegrete, na fronteira com a Argentina. Nestas paragens, sua família era muito influente, uma vez que era proprietária de estâncias e possuía redes de contatos a ponto de interferir nas relações sociais da região, criando um cabedal militar³² para seus integrantes. Este cabedal militar permitia que Bento Manuel criasse laços de dependência para com os demais habitantes da região, o que lhe dava vantagens no momento de recrutar sujeitos para as guerras de fronteira. Entretanto, esta relação se modifica quando se trata da região de colonização alemã: ali ele não possuía estas relações que lhe permitiam criar redes de dependência. Portanto, é deste modo que devemos interpretar o próximo ato de Bento Manuel: entregar a Hillebrand, em fins de setembro de 1836, o comando da povoação de São Leopoldo.³³ Deste modo, angariava um aliado, demonstrando que confiava em Hillebrand e, ao mesmo tempo, sabia que deixava o comando em mãos de um conterrâneo dos soldados em potencial, no qual estes depositavam mais confiança do que em um líder fronteiriço que em quase nada parecia defender seus interesses.

Por sua vez, o pomerano Hermann von Salisch foi a principal figura que representava os interesses dos rebeldes farroupilhas dentro da colônia. Em 14 de outubro de 1835, o presidente interino da província, Marciano Pereira Ribeiro, dizia confiar “muito na prudência e probidade” de Salisch para tranquilizar os ânimos na colônia, que estariam arrefecidos por boatos espalhados “por pessoas que para aí tem emigrado” com o “fim de indispor e alarmar os Colonos.”³⁴

Este alemão veio para o Rio Grande do Sul com o 27^o Batalhão de caçadores, no qual fazia parte do oficialato. Após a desmobilização de seu Batalhão, Salisch se estabeleceu na colônia, e posteriormente em “Porto Alegre, onde ensinava música e línguas, exercendo também, a par de uma advocacia restrita na colônia, a função de tradutor nos atos em

30 PORTO, Aurélio. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 127.

31 BENTO, Cláudio M. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 81.

32 O cabedal militar era formado pela “capacidade de conseguir homens, cavalos, suprimentos, por seu conhecimento das guerras do sul, por suas relações com lideranças platinas. Um cabedal militar sólido embasava o grau de autonomia relativa desses comandantes, ou seja, suas possibilidades de posicionar-se nas guerras e alianças instáveis do sul, de se tomar um aliado desejável para os lados em luta, de poder negociar sua entrada nas guerras de forma que considerasse mais adequada e vantajosa.” FARINATTI, Luís A. E. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2007, p. 179-180.

33 PORTO, Aurélio. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 133.

34 O Mensageiro. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 10.

que eram parte seus patrícios.”³⁵ Conseguiu grande reconhecimento dentro da colônia graças à amizade que possuía com o próprio Daniel Hillebrand. Os caminhos da guerra civil, entretanto, colocavam os dois amigos em campos opostos. Marciano Pereira Ribeiro, como uma de suas primeiras ações como presidente rebelde, ofereceu o cargo de Inspetor da colônia de São Leopoldo a Hillebrand, o qual não aceitou a nomeação, sabendo que isto acarretaria em reconhecer seu apoio aos farroupilhas, o que Hillebrand não desejava. O cargo foi oferecido, destarte, a Salisch, que não o recusou.

Fato marcante da participação de Salisch durante a Guerra dos Farrapos foi o ocorrido em 21 de janeiro de 1836, quando foi de Porto Alegre para a colônia com ordens de fazer o possível para debandar os legalistas que, liderados pelo brigadeiro Gaspar Francisco Menna Barreto, estavam alocados em São Leopoldo. Salisch, comandando um número de 50 brasileiros e alguns colonos, se defrontou “com as forças superiores do brig. Menna Barreto: cerca de 50 lusos, 80 alemães cavalarianos e 200 na infantaria, que se deslocavam para ocupar a margem esquerda do rio dos Sinos”.³⁶

O líder farroupilha conseguiu permissão para ter rápida conversa com o brigadeiro. Em seguida, passou a discursar para seus conterrâneos que formavam a tropa legalista, em alemão, língua que Menna Barreto não compreendia. Salvo o mistério do conteúdo das palavras de Salisch, o fato é que sua fala convenceu os alemães a abandonar as fileiras imperiais, muitos aderindo às hostes farroupilhas e outros se retirando para suas casas.³⁷

Mas talvez a maior contribuição de Hermann von Salisch à guerra civil – e ao seu estudo – tenha sido o fato de ter criado um periódico, após perceber a importância da imprensa “para a arregimentação dos colonos às ideias farroupilhas.” Utilizando-se da prensa do correligionário Vicente Ferreira de Andrade – a mesma que publicava “O Mensageiro” - o alemão farroupilha criou “O Colono Alemão”³⁸, “cujo primeiro número saiu na manhã de 3 de fevereiro de 1836, uma quarta-feira”.³⁹

Moehlecke traz os três números do periódico que sobreviveram ao tempo, de um total de oito que foram publicados à época. Em seu primeiro número, após dizer que a “folha é filha do 21 de janeiro” - dia de seu discurso na colônia que resultou nas

35 O Mensageiro. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 123.

36 FLORES, Hilda Agnes H. Alemães na Guerra dos Farrapos. Op. cit., p. 29.

37 BENTO, Cláudio M. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 93; FLORES, Hilda Agnes H. Alemães na Guerra dos Farrapos. Op. cit., p. 29.

38 O termo “Colono” se aproxima do termo alemão “Kolonist”. Os termos pelos quais os colonos poderiam se auto-reconhecer - Bauer, Landmann, Landknecht, etc. - deram espaço para este termo, que passou a ser sinônimo de imigrante e tem utilidade usual até os nossos dias. Sua utilização para nomear o periódico que representa os alemães é interessante, uma vez que “Colono” designa “imigrantes destinados à agricultura”, o que nos informa sobre a imagem que os alemães possuíam da sua função na “neues land”. WOORTMANN, Ellen F. Ein Gutes Land: uma categoria do imaginário teuto-brasileiro. In: WOORTMANN, Ellen F (org.). Significados da Terra. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p. 28-31.

39 DILLENBURG, Sérgio R. A imprensa teuto-brasileira e a Revolução Farroupilha. In: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Gráfica Caeté S/A, 1989, p. 142-143.

deserções dos alemães que acompanhavam as tropas legalistas de Menna Barreto - Salisch passa a execrar as autoridades imperiais para seus compatriotas. Dizia ele:

Os colonos Alemães compõem por um cálculo módico a duodécima parte dos habitantes livres desta Província, os seus interesses estão intimamente ligados com os dos Rio-Grandenses, e ainda que a inaptidão dos Governos passados deixasse de reconhecer a utilidade que resultaria à Província em apertar os laços desta união natural e saudável, o homem filantropo e verdadeiro amante de seu País não desespera de ver realizar-se a incorporação de um povo industrioso e pacífico no seio da grande Família Brasileira. Qualquer meio de apressar esta anelada incorporação merecerá de certo a aprovação dos patriotas, quer Brasileiros quer Alemães; e o Redator fiado na coadjuvação deles, promete fazer todos os esforços possíveis a fim de alcançar o desejado resultado.⁴⁰

Salisch utilizava das reclamações pelas promessas que não haviam sido cumpridas pelo governo brasileiro para buscar angariar adeptos à causa farroupilha. Note-se que não se fala ainda em movimento separatista, apenas em troca de autoridades, que passariam a representar o Império brasileiro.

Como grande parte dos jornais que existiram durante o período farroupilha, as agitações não permitiram que o período de duração do periódico fosse mais que efêmero. Tendo seu primeiro número saído em 3 de fevereiro de 1836, como dito, e tendo seu último exemplar lançado a 18 de março do mesmo ano. “O Mensageiro” de 18 de março trazia a seguinte nota: “Deixa de aparecer d’ora em diante o Periódico - O Colono Alemão -, em consequência de não haver número suficiente de assinantes, para fazer face às despesas da Tipografia.”⁴¹

À dificuldade de acesso ao periódico em tempos belicosos, juntava-se o imperativo de o jornal ser impresso em português, o que impedia que grande parte dos colonos tivesse acesso ao seu conteúdo. Quanto a isso, Dillenburg entende que “O Colono Alemão” não permaneceu em circulação por mais tempo, “devido ao fato de ser publicado em português, que poucos entendiam, ou quem sabe, por não encampar a ideia da maioria dos leopoldenses”. Mesmo assim, o periódico “deixou um marcante significado para o jornalismo rio-grandense e uma melhor compreensão e análise dos acontecimentos num dos períodos mais tumultuados de São Leopoldo”.⁴²

Salisch não conseguiu liderar os imigrantes alemães durante muito tempo, convencendo-os a pegar em armas pelos farroupilhas. Sua trajetória foi interrompida em 6 de outubro de 1837. Segundo Flores, “Hermann von Salisch foi assassinado na

40 MOEHLECKE, Germano O. Os Imigrantes Alemães e a Revolução Farroupilha. São Leopoldo: Ed. do Autor, 1986, p. 57.

41 O Mensageiro. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 152.

42 DILLENBURG, Sérgio R. Op. cit., p. 145.

localidade de Sapucaia, hoje município. Assassinato pelas costas, sem identificação do autor. É pena que não tivesse tido oportunidade de colocar seu dinamismo a serviço da paz e do progresso”.⁴³

A colônia em uma guerra que (pouco) lhe pertencia

Antônio Rodrigues Fernandes Braga (1805-1875), presidente do Rio Grande do Sul antes da tomada da capital provinciana, havia mandado distribuir armas e munições entre os colonos de São Leopoldo, prevendo que em breve os alemães poderiam ser importantes se tumultos surgissem nos arredores de Porto Alegre.⁴⁴

Este ato não passou despercebido por Marciano Pereira Ribeiro, que dois dias após a invasão da capital oficiava ao juiz de paz de São Leopoldo nos seguintes termos:

Constando-me que o ex-Presidente Antonio Rodrigues Fernandes Braga, antes de abandonar o Emprego fez conduzir armamento para esse Distrito com desígnio de armar os Estrangeiros dessa colônia, que para esse fim são aí aliciados por agentes do dito ex-Presidente, recomendo a V. M. e espero do Patriotismo, e zelo para manutenção da pública tranquilidade de que proceda a todas as indagações, e diligências possíveis para verificar, se é verdadeira a notícia, e caso assim suceda, e se descubra o armamento, V. M. o apreenderá, e mo [sic] remeterá imediatamente para ser colhido ao Arsenal de Guerra, dando, se preciso for, buscas com as formalidades da Lei, onde haja desconfiança, de que ele exista. Outrossim, recomendo à V. M. que por si, por seus Inspectores, e quaisquer pessoas de sua confiança faça ver aos Colonos, que lhes não é lícito de forma alguma pegar em armas para agredir o País, em que foram acolhidos; que se não intrometeram em negócios Políticos; que se tranquilizem, e estejam certos, de que suas propriedades, e suas famílias serão respeitadas;⁴⁵

O medo de que os colonos pegassem em armas pelo governo legal fazia com que Marciano desse atenção para se verificar se este armamento realmente existia. A neutralidade era, segundo o presidente interino, condição para que as propriedades e famílias fossem respeitadas.

No dia 26 de setembro, Marciano se vangloriava na imprensa liberal sobre o sucesso da revolta na colônia. Suas palavras tinham por objetivo, obviamente, angariar o apoio dos provincianos em geral, podendo ser, deste modo, um tanto quanto exageradas. Seu relato, entretanto, dá conta que o armamento que Braga havia remetido para São Leopoldo “por ordem minha foi já apreendido pelo juiz de paz daquele lugar.”⁴⁶ De modo esperançoso, Marciano, que havia assumido o governo

43 FLORES, Hilda Agnes H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Op. cit., p. 33.

44 SPALDING, Walter. *A Epopéia Farrroupilha*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963, p. 254.

45 *O Mensageiro*. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 9.

46 *O Mensageiro*. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 23-24.

porque era vice-presidente e estava apenas esperando a nomeação de um novo nome pela regência, dizia que estava ansioso pela vinda de um novo presidente nomeado, e que este fosse de probidade. Sendo assim, se aquietariam os ânimos.

A vinda do novo presidente, entretanto, não abrandou o tumulto que estava instalado também na colônia alemã. Acontece que o vice-cônsul hamburguês, Antônio Gonçalves Pereira Duarte havia lançado a seguinte Proclamação para os seus súditos:

Chegando no meu conhecimento que pessoas mal intencionadas têm curado de angariar os colonos de São Leopoldo para tomarem parte em negócios puramente brasileiros, e como possa acontecer que alguns súditos hamburgueses sejam iludidos para semelhante fim, comprometendo suas pessoas e o decoro da Nação Hamburguesa, que tanto deseja manter boa harmonia com o Império Brasileiro, é do meu dever recomendar-vos a mais estrita neutralidade em assunto que nada vos diz respeito. Sede tranquilos, sob a vanguarda da briosa nação que vos agasalha, nada tendes a recear. Isto vô-lo [*sic*] afiança o vosso Vice-cônsul.⁴⁷

O pedido de neutralidade do representante hamburguês não foi bem recebido por Fernandes Braga. Este escreveu ao Ministro dos Estrangeiros em 12 de outubro, pedindo providências quanto ao procedimento de Duarte, o qual poderia gerar um “grave prejuízo à causa da legalidade”, pois São Leopoldo era “um viveiro donde se podem tirar muitos braços fortes e de confiança para a manutenção da ordem.”⁴⁸

As medidas deliberadas pela Corte vieram a público quando da chegada do rio-grandense José de Araújo Ribeiro (1800-1879), como novo presidente nomeado pela regência, em dezembro de 1835. Uma das primeiras medidas do representante imperial foi retirar o *exequator* do vice-cônsul e, em “seguida enviou à colônia os generais Gaspar Menna Barreto e João Canto e Melo com proclamações solicitando aos colonos para se alistarem nas forças imperiais”.⁴⁹

O afastamento de Pereira Duarte criou ambiente para que os aliciadores farroupilhas tivessem condições e argumentos para angariar mais adeptos. Inclusive Salisch, em seu periódico, traz reclamação quanto à postura da Corte no caso. Para ele, Duarte havia se “servido de seu importante cargo para impedir por via de uma proclamação adequada às circunstâncias o comprometimento dos súditos de sua Nação, o que longe de merecer castigo lhe deveria ter granjeado louvores e estimação”.⁵⁰ O fato é que a indignação de Braga e a decisão imperial podem ter contribuído para que alguns colonos apoiassem os farroupilhas, não mais confiando nas autoridades legalistas da província.

47 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. CV-4277, vol. 8, p. 106.

48 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. CV-2756, vol. 4, p. 470.

49 SPALDING, Walter. A Epopéia Farroupilha. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1963, p. 256.

50 MOEHLECKE, Germano O. Op. cit., p. 65.

Enquanto isso se passava, a capital da província continuava em mãos farroupilhas. Sua retomada aconteceu em 15 de janeiro de 1836 e foi durante muito tempo reconhecida como obra do major Manuel Marques de Souza. Por uma questão que parece ser de hierarquia militar, o nome do indivíduo que realizou os primeiros atos no sentido de libertar Porto Alegre ficou um tanto quanto esquecido. Para Spalding, Marques de Souza foi o cabeça da retomada da cidade, tendo recebido o auxílio dos “demais oficiais prisioneiros e, especialmente – com a conivência do carcereiro –, por um grupo de colonos alemães de São Leopoldo, dirigidos pelo Dr. João Daniel Hillebrand”.⁵¹

O alemão tenente Henrique Guilherme Mosye havia sido preso em Pelotas, em 7 de abril de 1836, sendo remetido para Porto Alegre juntamente com Marques de Souza. O major foi preso no navio Presiganga, o qual lhe causou uma série de problemas de saúde. Mosye foi enviado, por sua vez, para a prisão do 8º Batalhão.⁵² Mosye não deixou de afirmar posteriormente que foi “o primeiro oficial que, à frente dos valentes e fiéis soldados do 8º Batalhão, soltei o primeiro grito à causa da legalidade no quartel do referido corpo, na cidade de Porto Alegre, na noite de 14 de junho de 1836”. Após ter tomado o quartel do 8º Batalhão, Mosye diz que se dirigiu até a Presiganga, com cerca de trinta homens, e soltou “os presos que nela se achavam, em cujo número vinha o digno major Manuel Marques de Souza, que desde então tomou a direção dos negócios em ação”.⁵³ Portanto, segundo este relato o início da reação foi colocado em prática por um tenente alemão que não concordava com os ideais farroupilhas e devolveu a cidade para os domínios legalistas. Cidade que receberia, em 1841, o título de “Leal de Valorosa”, pelo posicionamento que manteve daí até o fim do conflito, em 1845.

Em se tratando de aliciamento de alemães, os farroupilhas utilizavam-se, algumas vezes, de métodos opressivos para angariar adeptos. Para Hilda Flores, “para lograr maior êxito, os farroupilhas intercalavam promessas mirabolantes com ameaças atemorizadoras.” As promessas feitas seriam as de “duas datas de terra, gado vacum e equino, além de pagamento de subsídios atrasados; entre as ameaças: queima das propriedades dos recalitrantes.” O cumprimento das ameaças não deixou de acontecer, pois ao deixar a colônia em 1843, o pastor Ehlers “registrou que 50 casas haviam sido incendiadas, valiosos rebanhos abatidos e 50 alemães mortos no decorrer da Revolução”.⁵⁴

Por sua vez, não temos porque acreditar que durante a guerra tenha deixado de ocorrer casos de sujeitos que tentaram se livrar do serviço nas armas. Miquéias Mugge,

51 SPALDING, Walter. *A Revolução Farroupilha*. São Paulo: Ed. Nacional, 1980, p. 113.

52 FLORES, Hilda Agnes H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Op. cit., p. 60.

53 BENTO, Cláudio M. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 62-63.

54 FLORES, Hilda Agnes H. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Op. cit., p. 29.

analisando o período posterior à Guerra dos Farrapos na colônia de São Leopoldo, identificou maneiras pelas quais os alemães buscavam se ver livres do recrutamento militar.⁵⁵ Estas ações perpassavam tanto por simples pedidos às autoridades, mas principalmente pelo uso de redes de relações que permitiam acesso a isenções e vantagens.

Entre os farroupilhas que mais vilipendiaram a colônia, esteve o Menino Diabo. Português que com sua “Legião Diabólica” costumava espalhar o terror por onde passava. Em fins de 1838 se retirou do centro da província para o mato e “foi praticar barbáries na feitoria de São Leopoldo, onde mandava deitar fogo nos estábulos estando dentro as vacas vivas”. Menino Diabo também ordenou que se ateasse “fogo nas casas das colônias, insultava famílias, etc., etc., até que os colonos, em um ataque, quebraram-lhe uma perna, pegaram-no, e depois o assassinaram com vagar.”⁵⁶ Hillebrand relatava tempos depois que apesar das

promessas e ameaças não quiseram os colonos alemães pegar em armas contra o governo imperial, e foi preciso que os dissidentes lhes queimassem algumas casas, destruíssem propriedades, matando-lhes o último gado que possuíam, e que servia de sustento a suas famílias, lhes tirassem os cavalos de serviço e afinal arrancassem à força alguns colonos de suas casas, os maltratassem barbaramente para que depois alguns colonos vendo assim tratados os seus vizinhos se apresentassem voluntariamente.⁵⁷

Outra forma de engajamento, que aparentemente não utilizava o artifício da ameaça, era o pagamento pela adesão. Como em abril de 1836, em que Marciano Pereira Ribeiro mandava um tenente entregar 4 contos de réis para Manuel de Lima e Silva, “para empregar no engajamento dos Colonos devendo deles prestar contas perante a Tesouraria da Província.”⁵⁸ Uma vez que estes alemães estivessem arregimentados pelos farroupilhas, era conveniente que não passassem por dificuldades, pois poderiam desertar facilmente, em razão de não possuírem interesse direto na guerra. Um exemplo do tratamento dado aos alemães aconteceu em junho de 1836, quando Antônio de Souza Neto ordenava a Domingos José de Almeida que depositasse “na casa de José de Brum 2 pipas de aguardente e 15 ou 20 sacos da farinha que é para fornecimento dos alemães a fim de os trazer satisfeitos.”⁵⁹ Buscando, de outro modo, controlar o trânsito dos colonos, em abril de 1836, o alemão Otto Heise, que defendia os

55 MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX)*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p. 139-142.; Outras pesquisas também demonstram as desvantagens que o serviço gratuito nas armas poderia trazer para os recrutados. Para o caso do Rio Grande do Sul, ver em especial o trabalho de José Iran Ribeiro: RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e Guarda Nacional no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2005.

56 *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. CV-5064, vol. 9, p. 167-168.

57 PORTO, Aurélio. *O Trabalho Alemão no Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 121.

58 *Processo dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 1: 1933, p. 59.

59 *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*. CV-6057, vol. 12, p. 14.

farroupilhas oficiava a diversos juizes de paz para “não deixar passar um só Alemão sem o Passaporte competente assinado por mim”.⁶⁰ Inspeccionando suas movimentações poderia se manter determinado controle sobre o espaço de arregimentação dos colonos, que poderiam sair de São Leopoldo para fugir da guerra civil.

Entretanto, a maior jogada para angariar o apoio alemão veio em 18 de dezembro de 1838. Nesta data, um Decreto da então República Rio-Grandense regulava que os colonos “desde já são considerados Cidadãos da República, e como tais no gozo de todos os direitos civis, e políticos a estes concedidos.”⁶¹ Do lado imperial esta medida ainda não havia sido tomada, apesar das incessantes tentativas de Hillebrand para demonstrar os benefícios que tal deliberação traria no engajamento de braços para a guerra.⁶²

Pelo lado legalista, a criação da Companhia de Caçadores Voluntários Alemães representou a maior força alemã durante o conflito. Hillebrand reorganizou a tropa de colonos, recebendo novos recrutas e ex-soldados mercenários. Tentava-se resolver, assim, o problema dos soldos que não eram pagos em dia, e forjar um caráter mais profissional aos colonos que estavam em armas.⁶³ Quem comandava a Companhia era o alemão Fernando Kersting, que recebia, por sua vez, ordens de Hillebrand e de Moringue, oficial legalista que ficou conhecido durante a guerra. Em 1842 Hillebrand dava conta da Companhia para o brigadeiro José Maria da Silva Betancourt, e em sua conta o número de homens que estavam servindo era de 115 praças.⁶⁴ Um bom número, se levarmos em consideração que os períodos iniciais do conflito foram os que mais levaram os alemães a pegar em armas, por um ou outro contendor. A Companhia de Alemães Voluntários – que de voluntários pouco tinham – lutou até o fim da guerra⁶⁵, e foi uma imprescindível peça para que Chico Pedro de Abreu – o Moringue – pudesse alcançar o reconhecimento que obteve nestes dias belicosos.⁶⁶

Conclusão

O início da imigração alemã para o Brasil se deu pela preocupação com a formação de um Regimento de Estrangeiros que fosse fiel ao novo Império e contrastasse com o repúdio com que os brasileiros viam o serviço militar. Somando a isso, havia também a preocupação das autoridades com a criação de uma camada de produtores que fugisse do âmbito dos grandes proprietários, senhores da guerra sul-rio-grandenses.

60 Processo dos Farrapos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, vol. 1: 1933, p. 107.

61 O Povo. Ed. fac. simulada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1930, p. 128.

62 MOEHLECKE, Germano O. Op. cit., p. 171-172.

63 FLORES, Hilda Agnes H. Alemães na Guerra dos Farrapos. Op. cit., p. 67.

64 Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. CV-5222, vol. 9, p. 305.

65 FLORES, Hilda Agnes H. Alemães na Guerra dos Farrapos. Op. cit., p. 69.

66 BENTO, Cláudio M. Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 98.

As idiosincrasias políticas fizeram, entretanto, com que os alemães fossem levados a sofrer coerções e a lutar numa guerra em que não possuíam um interesse direto. Esta nova condição surgida com as experiências pós-imigração pode ser considerada a partir da lógica imigratória, assim como reconhece Sayad, para quem

não se emigra (i. e., não se cortam os laços com o seu universo social, econômico, cultural, habitual) e não se imigra (i. e., não se agrega, mesmo que marginal e muito superficialmente, a outro sistema social) impunemente (i. e., sem consequências), produz-se, entre os imigrantes, uma inevitável reconversão de suas atitudes em relação a si mesmos, em relação a seu país e em relação à sociedade na qual eles vivem cada vez por mais tempo e de forma mais contínua.⁶⁷

Assim, as circunstâncias levaram os imigrantes a tomarem parte na guerra civil sul-rio-grandense.

O início da revolta foi o período em que a colônia alemã, como local para abastecimento e para recrutamento de braços, teve sua maior importância durante os dez anos. A falta de um poder fiscalizador das ações dos oficiais farroupilhas e legalistas permitiu que diversas atrocidades fossem cometidas contra os imigrantes que se recusassem a tomar partido.

Uma última forma pela qual a colônia foi imprescindível nos destinos da guerra diz respeito à sua produção e comércio mais diretos: durante o sítio perpetrado pelos farroupilhas, que causou diversas dificuldades à população, o comércio que continuou a ser feito pelos colonos, abastecendo, ainda que de forma precária, a cidade de Porto Alegre, foi imprescindível para evitar um flagelo da população civil da capital sul-rio-grandense.⁶⁸

A partir de 1840/41 os colonos passaram a realizar viagens de negócio de longo curso, levando os produtos que já estavam sendo produzidos na colônia para serem vendidos em outras regiões da província.⁶⁹ A partir de 1843 o crescimento produtivo na colônia foi enorme, tendo aumentado em 50% desde este ano até 1848, aproveitando-se também dos “progressos da navegação do Rio dos Sinos”.⁷⁰

Após a pacificação, Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Barão e futuro Duque de Caxias, abriu estradas que foram destinadas à comunicação entre as regiões habitadas por imigrantes. A importância da Guerra dos Farrapos para a colônia se deu também pela influência que a participação alemã teve sobre o estatuto que geria

67 SAYAD, Abdelmalek. O que é um imigrante?. Op. cit., p. 66.

68 O sítio farroupilha à capital fiel aos legalistas possuiu três momentos: de junho a setembro de 1836, de maio de 1837 a fevereiro de 1838, e de junho de 1838 a dezembro de 1840. Ver: FRANCO, Sérgio da Costa. Porto Alegre sitiada: um capítulo da Revolução Farroupilha (1836 - 1840). Porto Alegre: Sulina, 2000.

69 BECKER, Klaus. Os Viajantes Alemães durante a Revolução Farroupilha. In: Anais do 5º Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs no Rio Grande do Sul - 1982. São Leopoldo: Gráficas Caeté S/A, 1989, p. 147.

70 ROCHE, Jean. A Colonização e o Rio Grande do Sul. Op. cit., p. 61.

a permanência e a forma pela qual os colonos alemães estavam submetidos no Brasil: em 1846, um ano após o término da guerra, foi dada a nacionalidade brasileira aos imigrantes, mediante simples declaração ao Conselho Municipal, sem custos.⁷¹ Os imigrantes já haviam demonstrado que eram fieis ao Estado que lhes havia trazido da Europa, logo, mereceriam a sua nacionalidade.

Quanto aos dois amigos que se tornaram os grandes líderes alemães da guerra, Salisch e Hillebrand, o primeiro caiu em uma espécie de esquecimento, sendo, talvez um exemplo de que a história dos vencedores prevalece sob a dos vencidos. Sua morte prematura em 1837 também impediu que pudesse merecer maior reconhecimento futuro. Hillebrand, por sua vez, teve uma longa vida de serviços prestados à colônia: coronel-comandante da Guarda Nacional e organizando as tropas alemães que pelejaram na guerra contra Rosas e Oribe e as forças que lutaram na Guerra do Paraguai.⁷² Hillebrand é reconhecido, desse modo, como um dos responsáveis pelo sucesso da imigração alemã em seus primeiros tempos.

Artigo recebido em 08 de março de 2016.

Aprovado em 27 de janeiro de 2017

71 *Idem*, p. 100.

72 BENTO, Cláudio M. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do Rio Grande do Sul*. Op. cit., p. 82.